

PRIMEIRO CAPÍTULO – A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA ENQUANTO TEMA DE ESTUDO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Embora exista um discurso corrente sobre a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, recentes estatísticas apontam que a maioria das crianças e dos adolescentes vive em famílias cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa meio salário mínimo, caracterizando assim, uma situação de indigência. Dessa maneira, estas crescem e se desenvolvem em um meio marcado pela pobreza, fome, habitações insalubres, violência física e moral, ensino precário quando têm acesso à escola e um sistema de saúde em falência acentuada.

A pobreza e a indigência, em princípio originadas por medidas econômicas recessivas, desemprego, desaceleração das atividades produtivas, demonstram claramente que os ajustes estruturais e a globalização da economia não estão sendo capazes de propiciar melhoria das condições de vida para uma grande parcela da população. Uma das conseqüências mais graves dessa situação de miséria é a presença de centenas de milhares de crianças e adolescentes nas ruas das cidades em busca de opções de sustento próprio e de seus familiares.

Nesse sentido, a situação de pobreza extrema acaba transformando-se em pano de fundo à situação de abandono da infância e juventude brasileira que permanece nas ruas das grandes cidades pedindo esmolas, comida, vigiando carros em troca de algum dinheiro, vendendo balas e doces nos semáforos,

roubando, envolvendo-se com drogas, sendo explorada por adultos sem escrúpulos entre outras tantas possibilidades. De acordo com PRADO & GOMES (1993), aliada aos conflitos familiares, a pobreza torna-se o principal fator que os impulsiona às ruas em busca de geração de renda, seja por meios socialmente aceitos ou não.

As estatísticas ainda apontam um grande contingente de crianças e adolescentes nas ruas, onde predomina o sexo masculino, envolvidos em algum tipo de trabalho durante o período diurno. O número daqueles que permanecem nas ruas durante a noite perambulando e dormindo é mais significativo do que o daqueles que estão trabalhando (ABRINQ *et al.*, 1994; MEDEIROS, 1995). SOUZA & PEREIRA (1995), complementam este perfil apontando que as crianças, em sua maior parte, são negras, entre 6 e 18 anos de idade e possuem nível de escolaridade muito baixo.

No entanto, crianças e adolescentes advindos de um meio social onde a pobreza e a miséria são marcantes passam a receber, em função disso, denominações pejorativas e degradantes que as discriminam e marginalizam. São chamados de menores carentes, de rua, abandonados, vadios, delinqüentes, trombadinhas, entre outras tantas palavras que os rotulam de acordo com atributos inerentes ao meio em que vivem e decorrentes de sua situação de miséria e abandono, ignorando-se o fato de que antes de tudo são crianças e adolescentes como outros quaisquer.

Considerando estes aspectos, observamos que os meninos e as meninas que estão nas ruas possuem características que os distinguem, também, entre si. Partindo de uma classificação proposta por Lusk, RIZZINI & RIZZINI

(1992) apresentam quatro categorias de crianças e adolescentes que permaneciam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro:

- a) Crianças que trabalham nas ruas, mantidos os vínculos familiares. Apesar de estarem nas ruas pelas necessidades de trabalho, mantêm vínculos com a família;
- b) Crianças que trabalham nas ruas de forma independente. Tem início o rompimento dos laços familiares, começam a desenvolver valores ligados à “cultura da rua” e a exercer atividades ilícitas;
- c) Crianças de rua, são aquelas que já não possuem contatos com a família e residem de forma mais permanente nas ruas. O envolvimento com drogas, atividades ilícitas e reclusão já fazem parte do seu cotidiano;
- d) Crianças com famílias nas ruas, são aquelas que vivem ou passam o dia nas ruas, geralmente ao redor da figura da mãe.

MASCARENHAS (1997) aponta que a maioria dos “meninos de rua” constitui-se de meninos trabalhadores, que desenvolvem atividades geradoras de renda ligadas à economia formal ou informal mas, o grupo considerado especificamente como ‘menino de rua’ com ou sem vínculo familiar, vive e mora pelas ruas. A força das circunstâncias porém, pode fazer com que estes meninos e meninas estejam por vezes nas delegacias, albergues, casas abrigos, instituições de caridade ou ainda lares substitutos. O autor diferencia ‘menino na rua’ e ‘menino de rua’, concordando com DREXEL E IANNONE (1989), considerando que o primeiro ainda tem algum vínculo familiar, ao contrário do

segundo. Chama ainda a atenção que o espaço da rua é utilizado tanto pelas crianças e adolescentes que têm vínculos familiares quanto pelas que não os possuem, no sentido de buscarem alguma ocupação que possa lhes garantir rendimentos.

De acordo com GRACIANI (1997), a problemática dos meninos(as) de rua tem sua gênese na estrutura social e nos mecanismos do sistema sócio-econômico-político do Brasil. A autora compreende este grupo, como um oprimido e relegado pelo sistema social e não como um marginal social e que a classificação “de” e “na” rua expressa uma categoria social que tem a rua como um território de vida e de trabalho como resultado de um processo social de dominação, exploração e de exclusão.

Em um estudo que realizamos anteriormente na cidade de Ribeirão Preto – SP (MEDEIROS & FERRIANI, 1995), utilizamos a denominação crianças e adolescentes em situação de rua porque estas utilizavam esse espaço como uma estratégia de garantia da sua sobrevivência e/ou de seus familiares, ainda que expostas aos riscos sociais e pessoais característicos da rua. Entendemos assim que o fato dessas crianças e adolescentes desenvolverem alguma experiência de vida nas ruas retrata de maneira explícita e perversa a incompetência e dificuldade da sociedade brasileira em promover desenvolvimento econômico, distribuição de renda, igualdade de oportunidades, políticas públicas básicas efetivas e exercício dos direitos humanos elementares garantidos (SOUZA NETO, 1993; ABRINQ *et al.*, 1994; MEDEIROS, 1995).

Assim, embora a realidade de vida desses meninos e meninas muitas vezes os force a um desenvolvimento emocional precoce tornando-os

adultos antes do tempo, ou fazendo com que regridam ou fixem-se em uma determinada etapa da infância por muitos anos consideramos que, antes de mais nada, são crianças e adolescentes como outras quaisquer. Existe grande diversidade de definições para estas etapas do desenvolvimento do ser humano (psicológico, biológico, entre outras), porém optamos pela delimitação etária estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/90 (BRASIL, 1991), que considera criança a pessoa até doze anos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Tal opção ocorre em virtude da dimensão e abrangência política e social que o ECA/90 assume no país que, de um modo geral, pode ser traduzida na garantia dos direitos da infância e da juventude brasileira.

A questão da criança e do adolescente em situação de rua não acontece de maneira isolada e desarticulada do contexto social, econômico, político e cultural da sociedade tornando-se, assim, um problema delineado historicamente na complexidade da realidade concreta onde se insere. Considerando a amplitude e abrangência dessa temática, identificamos a possibilidade de aprofundarmos o conhecimento nesta área, partindo dos resultados de pesquisas anteriores (MEDEIROS, 1994; MEDEIROS, 1995; MEDEIROS & FERRIANI, 1995), onde abordamos o abandono de crianças e os programas de atenção às crianças e aos adolescentes em situação de rua, sob a ótica de seus coordenadores, que nos apontaram as possibilidades de desdobramentos de investigação.

Naquele estudo, ainda identificamos que os coordenadores dos programas existentes na cidade, de um modo geral, compreendem as crianças e

os adolescentes em situação de rua como outras quaisquer que atravessam suas respectivas fases de crescimento e desenvolvimento, mas, por fatores distintos e diversos, como a pobreza e os problemas de relacionamento familiar, têm nas ruas uma experiência de vida, expostos aos riscos pessoais e sociais característicos daquele meio (MEDEIROS & FERRIANI, 1995). Assim optamos por continuar o estudo desta temática considerando sua importância no âmbito da Enfermagem no sentido de identificar caminhos e possibilidades para a atuação do enfermeiro junto a este grupo.

Entendemos por riscos pessoais e sociais os possíveis fatores que podem prejudicar o processo de crescimento e desenvolvimento da criança ou mesmo limitar sua qualidade de vida. Isto porque as estatísticas da FUNDAÇÃO FIBGE (1991b), apontam que mais de 15 milhões de crianças e adolescentes brasileiros vivem em situação de pobreza, em precárias condições de habitação, educação, saúde, alimentação, entre outros. Este fato as faz pertencer a um grupo de extremo risco não só para as doenças da miséria como também para as várias modalidades de violência e agressão (física, social cultural, policial, comportamental, racial), muitas vezes no âmbito da sua própria família (FUNDAÇÃO IBGE, 1991b; MINAYO, 1993b).

Um quarto da população de crianças e adolescentes brasileiros pertencem a famílias indigentes, ou seja, são aquelas que, segundo PELLIANO (1993), mesmo destinando toda a renda mensal à alimentação, poderiam, na melhor das hipóteses, adquirir apenas os alimentos necessários à satisfação de seus requerimentos nutricionais mínimos. A mesma autora aponta, também, que a indigência é mais significativa para o grupo infanto-juvenil, onde os 15 milhões

de indigentes existentes representam praticamente a metade dos cidadãos brasileiros nestas condições.

A situação escolar brasileira, embora tenha se modificado sensivelmente nos últimos anos, ainda é precária se analisarmos os dados do IBGE que apontam cerca de 4 milhões de crianças brasileiras excluídas da escola no ano de 1990 (FUNDAÇÃO IBGE, 1991b). Isto pode, inclusive, significar para o futuro a impossibilidade de participação plena na sociedade e o exercício da cidadania.

Um estudo por amostragem publicado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (FUNDAÇÃO SEADE, 1993), mesmo reconhecendo os limites de abrangência da pesquisa porque os dados não foram coletados visando um estudo das condições de vida das crianças e adolescentes da região metropolitana de São Paulo, aponta que 71% das crianças com até 6 anos não freqüentam creches e pré escolas. Mostra também que entre as crianças e adolescentes fora da escola, 10% tem entre 7 e 10 anos, 22% entre 11 e 14 e 68% de 15 a 17 anos. Entre eles, a grande maioria (90%) abandonou os estudos e cerca de 10 % nunca foi à escola. Os motivos alegados são trabalho (32%), falta de interesse (34%) e outros motivos não especificados pelo estudo (34%). Apontou ainda que cerca de 10 % das crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos não freqüentam a escola. Destes, a grande maioria, nos padrões pré estabelecidos na pesquisa, classifica-se no extremo inferior da escala econômica, ou seja, essas crianças e adolescentes pertencem às famílias que se encontram na situação mais desfavorável quanto ao nível de instrução, inserção no mercado de trabalho e disponibilidade de renda (FUNDAÇÃO SEADE, 1993).

Dados recentes divulgados pela FUNDAÇÃO IBGE (1997), mostram que no Brasil, 35.077.983 de cidadãos com mais de cinco anos estão inseridos no sistema de ensino formal. Considerando no entanto, que nosso estudo se insere no contexto do Estado de Goiás, de acordo com dados apresentados pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (GOIÁS, 1996), no ano de 1995 existia no Estado, 1.188.359 estudantes com cinco anos ou mais. Deste total, 11% estavam na pré escola, 74% no ensino regular de primeiro grau, 10% no ensino regular de segundo grau e os 5% restantes englobam alunos dos cursos de alfabetização de adultos, supletivo de primeiro e segundo graus, pré vestibular e de terceiro grau incluindo pós graduação em nível de Mestrado e Doutorado.

O Fundo das Nações para a Infância (UNICEF, 1997) aponta que o Estado de Goiás apresentou melhoria significativa no grau de escolaridade da população nas últimas décadas, acompanhando o padrão médio do país. Embora a Pesquisa Nacional por amostras Domiciliares da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD/IBGE (FUNDAÇÃO IBGE, 1991a), indique aumentos nas taxas de escolarização das crianças e adolescentes goianos, apenas 19% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentavam o segundo grau em 1995, tornando a questão da evasão um sério problema. As taxas de abandono foram, respectivamente, 14,7 e 1,2% para o primeiro e segundo graus. Considerando o total dos que ingressaram na escola, somente 4,2% foram aprovados no primeiro grau e 16,1% no segundo grau em 1994 (UNICEF, 1997).

Quanto ao município de Goiânia, cidade na qual propusemos o desenvolvimento desta investigação, de acordo com o Anuário Estatístico da

Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (GOIÁS, 1996), especificamente no ano de 1995, estavam nas escolas de primeiro e segundo graus 426.342 estudantes, sendo 10% da pré escola, 75% no primeiro grau e 15% no segundo grau. Entretanto, até o final de 1988, as Secretarias Estadual e Municipal não divulgaram dados concretos e atualizados referentes aos índices de evasão escolar. Acreditamos, porém, que estes valores acompanham os do Estado considerando que aproximadamente 21% da população de 0 a 17 anos residem na capital (FUNDAÇÃO IBGE, 1991).

Em nosso estudo anterior (MEDEIROS, 1995), uma das questões que foi possível identificar está relacionada aos significados dos programas desenvolvidos no atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de rua na cidade de Ribeirão Preto – SP, através dos seus coordenadores. De acordo com o que emergiu nas falas destes atores sociais foi possível apontar que existem neste município apenas tentativas de atendimento a este grupo e que estes desenvolvem-se de maneira isolada e fragmentada, sem existir integração intersetorial e interinstitucional. Não estão, portanto, vinculadas a nenhuma política formal estabelecida prevendo uma ação conjunta de toda a sociedade (MEDEIROS, 1995).

Entendemos, no entanto, que o planejamento de programas voltados à assistência das crianças e adolescentes em situação de rua, requer uma participação mais efetiva desses meninos e meninas no sentido de oferecerem elementos para o estabelecimento de ações mais efetivas dentro das suas perspectivas, isto é, centradas na percepção da criança e do adolescente como sujeitos de direito e não como estereótipos da delinqüência nas ruas. Torna-se

necessário, assim, reconhecer a importância de sua contribuição no planejamento, execução e avaliação destes programas, uma vez que são os principais atores envolvidos neste processo de desenvolvimento de ações dirigidas a eles próprios.

De um modo geral, embora muito se tenha produzido por várias áreas das ciências ao longo dos últimos anos, como é o caso da antropologia, sociologia, psicologia, serviço social entre outras, ainda faltam elementos para que tenhamos os contornos sobre esta questão claramente delineados de forma a conhecê-la com abrangência, profundidade e consistência.

Neste sentido, acreditamos que as percepções, os anseios e as necessidades das crianças e dos adolescentes em situação de rua são aspectos importantes para serem investigados, uma vez que têm sido pouco explorados pela Enfermagem, de acordo com o que constatamos nos levantamentos bibliográficos para os períodos de 1982 a 1992 (MEDEIROS, 1994; MEDEIROS & FERRIANI, 1995) e de 1992 a 1996. A produção científica da Enfermagem acerca desta temática ainda continua bastante escassa e a atuação do enfermeiro com esta questão e clientela mostra-se restrita, como se pode observar nas ações gerais de enfermagem das Unidades Básicas de Saúde, Pronto Socorro, em que não se verifica o envolvimento direto desse profissional nos programas assistenciais e de pedagogia de rua.

Embora reconheçamos os limites relacionados ao número de profissionais disponíveis, aos baixos salários, à jornada de trabalho, entre outros aspectos, vislumbramos a possibilidade e a necessidade de ampliação dos horizontes para a prática da enfermagem, pois, o enfermeiro tem capacitação

técnica e científica para planejar, executar e avaliar ações para crianças e adolescentes em situação de rua assim como exercer atividades inerentes à Pedagogia de Rua.

Porém esta atuação deverá estar alicerçada numa visão abrangente sobre este grupo, os motivos que os levaram a permanecer pelas ruas e o significado da rua, de saúde e de educação para eles. O enfermeiro, em qualquer lugar que esteja trabalhando, pode deparar-se com um menino ou menina necessitando de cuidados e, conhecendo este grupo em suas características mais específicas, terá condições de abordar a criança ou o adolescente em situação de rua de uma maneira livre de idéias pré concebidas.

Assim, o desenvolvimento desta pesquisa possibilitou à Enfermagem ampliar a compreensão sobre a questão dos meninos e meninas em situação de rua e, com isso, seus resultados oferecem subsídios importantes para o planejamento, execução e avaliação de ações em programas de natureza preventiva em saúde e, também, de reintegração deste grupo à sociedade. Acreditamos que as crianças e os adolescentes mais pobres merecem, como um todo e não em faixas específicas de idade, atenção prioritária nas políticas públicas por ser um grupo muito suscetível e vulnerável às conseqüências das suas precárias condições de vida que se refletem em seu crescimento e desenvolvimento. Portanto, aqui se apresenta outra relação entre a enfermagem e as crianças e adolescentes em situação de rua.

Outro aspecto que justificou o desenvolvimento deste estudo refere-se ao nosso entendimento de que numa fase anterior ao planejamento de qualquer programa de atenção às crianças e aos adolescentes que vivem em

situação de rua, neste caso em Goiânia, é imprescindível conhecer seu perfil e suas necessidades a partir deles mesmos, de forma a garantir o mínimo de resolutividade de qualquer programa de atendimento.

Dizemos isto baseando-nos nas colocações de COSTA (1990), onde encontramos sugestões nas quais se refletem pontos básicos de articulação para que se viabilizem políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes, especificamente àqueles que se sujeitam à vida pelas ruas. Segundo este autor, as propostas devem apoiar-se na vontade política manifesta dos governantes, na capacidade de articulação interinstitucional dos setores em presença, na elaboração conjunta de proposta de trabalho integrado, na capacitação das pessoas para aderir, compreender e operar o modelo de atendimento, em recursos físicos capazes de garantir a base logística do processo, no estabelecimento de mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação.

Acreditamos assim, que através deste estudo foi possível desenvolver uma das possibilidades de desdobramento e continuidade dos trabalhos iniciados com o nosso Mestrado e, assim, contribuir para ampliar os conhecimentos produzidos pela enfermagem acerca da temática. Nesse sentido, conhecer um pouco mais sobre este grupo implica em identificar o que acontece ao seu redor em um sentido mais abrangente, isto é, as determinações implícitas em sua gênese e manutenção, assim como em um nível mais próximo dos meninos e meninas em situação de rua e saber sobre eles e suas vidas nas ruas através deles próprios.

As representações sociais, os anseios e as necessidades dos meninos e meninas que habitam a rua são aspectos importantes a serem

investigados pela Enfermagem pois, o fenômeno em estudo tem implicações diretas na Saúde Pública – Enfermagem de Saúde Pública, tendo em vista as diversas possibilidades de atuação do Enfermeiro no âmbito da promoção da saúde integral das crianças e dos adolescentes no sentido de assegurar-lhes o exercício pleno da cidadania, tomando por base os pressupostos do ECA-90 (BRASIL, 1991).

De acordo com EGRY (1996), *“a prática em saúde coletiva, que se propõe a intervir no processo saúde-doença do indivíduo-coletivo, vem sendo transformada, decorrente da incorporação de novos conhecimentos e de novas tecnologias”*(p. 68). Assim, conhecendo melhor as características desse grupo e tendo mais clara a dimensão do mundo em que vive, o Enfermeiro certamente prestará uma assistência mais efetiva, conferindo acompanhamento apropriado da situação de saúde, educação em saúde na prevenção de doenças, uso/abuso de drogas e álcool, relacionamento, entre outras formas de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, ainda que estas crianças e adolescentes permaneçam nas ruas.

Ainda reportando EGRY (1996), *“a crítica permanente sobre as ações e a busca organizada de respostas às suas inquietações, desde logo colocam o enfermeiro diante das interrogações que, ao serem problematizadas abrem os caminhos para a construção de novos conhecimentos”* (p. 91).

Em síntese, a importância do desenvolvimento desta investigação está na possibilidade de contribuir para a discussão sobre o quadro de deterioração crescente das condições de vida de crianças e adolescentes expostos aos riscos pessoais e sociais pertinentes à rua, assim como por

constituir-se em mais um instrumento de consulta, análise, reflexões, críticas e subsídios na formulação, desenvolvimento e avaliação de planos de assistência à criança e ao adolescente em situação de rua, respeitando suas reais necessidades e seus direitos enquanto cidadão e contribuir também na garantia de participação destes meninos/as em cada etapa de elaboração de programas assistenciais voltados a este grupo.

Assim sendo, optamos por recortar enquanto objeto de estudo, as representações sociais da rua e das relações que se estabelecem entre meninos em situação de rua e entre estes com a instituição pública que os abriga e suas famílias, sob a ótica de um grupo de crianças e adolescentes que tiveram alguma experiência de vida nas ruas da cidade de Goiânia – Goiás e que encontram-se em um determinado abrigo sob a guarda do Estado.

2. OBJETIVOS, QUESTÕES E PRESSUPOSTOS

Esta investigação foi concebida e desenvolvida com base nas representações sociais de um grupo de crianças e de adolescentes que permaneciam em um abrigo Estadual mas tiveram experiência de vida nas ruas da cidade de Goiânia, com vistas a atingir os seguintes objetivos:

- Conhecer e analisar as representações sociais que estes meninos têm acerca da rua;
- Identificar e analisar as relações que se estabelecem entre eles próprios, com a instituição que os abriga e suas famílias.

Acreditamos que através destes objetivos estaremos, em princípio, continuando a construção de um corpo de conhecimento teórico que iniciamos no Mestrado, no sentido de aproximar a temática à área da Enfermagem. Nossa intenção é poder ampliar o conhecimento e a compreensão acerca deste grupo social bem como contribuir com reflexões para subsidiar o planejamento de ações de promoção e proteção à saúde destes meninos e meninas pela Enfermagem.

Estes objetivos foram construídos na tentativa de contemplar o conjunto de indagações que nos acompanham há algum tempo e procuramos desenvolvê-los de forma que refletissem estas questões preliminares, que constituem um recorte com vistas ao desenvolvimento deste estudo, as quais tomamos como ponto de partida:

- O que representa a rua para os meninos que a procuram, ou seja, o que é a rua para eles e qual o significado que esta traz às suas vidas?
- Por quê meninos e meninas procuram a rua para viver em detrimento de suas próprias casas ou abrigos e que elementos a rua oferece no sentido de satisfazer suas necessidades?
- Como acontecem as relações entre os meninos e destes com a instituição que os abriga e suas famílias, desde quando chegam às ruas até o momento em que se encontram no abrigo?

Considerando nossas reflexões sobre estas questões e também os contatos que mantivemos com um grupo de meninos que tiveram experiência de vida nas ruas por muitos anos e que atualmente estão em uma Casa-Abrigo mantida por uma Fundação Estadual de Goiás – sobre a qual detalharemos adiante, foi possível identificar alguns elementos que nos permitiram encaminhar

a investigação. Assim nossas expectativas tornaram-se mais claras sobre o que encontraríamos, no final, enquanto respostas aos nossos objetivos.

Nesse sentido partimos do pressuposto de que para estes meninos, de Goiânia, as representações sociais da rua estão associadas a determinados fatores que interferem diretamente na opção que fazem de viver nas ruas. Entre eles destaca-se a ilusão de que neste espaço terão acesso garantido e, conseqüentemente, conseguirão realizar, com relativa facilidade, seus desejos por objetos concretos, tais como calçados, roupas, drogas, entre outros que lhes são apresentados pela televisão, *outdoors* ou outras formas de comunicação, ou ainda por aspectos mais abstratos como por exemplo a liberdade ou a diversão.

Outro pressuposto é o de que a fotografia apresenta-se como um importante recurso complementar no sentido de captar melhor as representações acerca da rua e as relações estabelecidas entre os próprios meninos que estão nas ruas, suas famílias e as Instituições que de uma forma ou outra estão envolvidas com a vida desses meninos e suas necessidades. Acreditamos que as fotografias serão capazes de traduzir o olhar que os meninos têm sobre estes aspectos de um modo mais próximo do real, isto é, da experiência por eles vivida, enfim, um elemento mais concreto para a obtenção dos nossos objetivos.

Embora sejam fatos já constatados, destacamos que nas ruas os meninos encontram inúmeras possibilidades de sobrevivência e estão em um lugar onde não existe controle familiar. Porém, o preconceito da sociedade, as perseguições que sofrem de adultos sem escrúpulos e aliciadores e as pressões da polícia fazem da rua um espaço de liberdade fictícia, provisória e instável. No entanto, quando os meninos e meninas percebem este outro lado da rua,

encontram-se atados em uma teia de violência, uso de drogas e roubo, de retorno praticamente impossível.

Os meninos enquanto sujeitos das relações estabelecidas na vida na rua e no abrigo, desenvolvem-nas dialeticamente através de três formas distintas. A primeira se refere às relações entre meninos(as)-meninos(as) centralizadas na ajuda mútua e na solidariedade, assim como na aversão e no medo. A segunda, entre os meninos e a instituição que os acolhe, através dos profissionais que atuam na pedagogia de rua ou enquanto educadores na Casa-Abrigo, cuja base está alicerçada num misto de amizade, compromisso, raiva e indiferença. Aqui também se insere a relação com a polícia que acontece na base do medo, da raiva e da coação, além daquela de amizade e compromisso quando os policiais atuam como verdadeiros educadores de rua. A terceira forma está no âmbito da família com a qual travam luta cerrada para romper laços e vínculos numa relação dialeticamente oposta.

No entanto vale salientar que os tipos de relações estabelecidas no universo dos meninos são atravessados por características que ultrapassam cada um destes tipos, sendo os sentimentos destacados predominantes e não excludentes. Por exemplo, nas relações estabelecidas entre os meninos, há solidariedade tanto quanto nas relações meninos – educadores e meninos – polícia, assim como há raiva, coação e medo nas relações menino – menino e menino – educadores.

Neste ponto torna-se de vital importância a ação de educadores de rua junto a estes meninos e meninas no sentido de resgatá-los à vida seja na própria rua ou nos abrigos. Porém, o que observamos, sem generalizar, é que o

educador nem sempre possui o devido preparo técnico para a abordagem dos meninos e meninas assim como para lidar com situações adversas e repentinas, apresentando reações que muitas vezes dificultam o relacionamento, a abordagem e, por conseguinte, o possível trabalho de recuperação e de reinserção da criança ou adolescente na família e na sociedade.

Quanto aos abrigos, em grande parte, não possuem a estrutura necessária para o alojamento e recuperação da criança ou adolescente que saiu da rua seja por opção ou por algum tipo de encaminhamento, isto é, a rua continua sendo mais atrativa que o ambiente dito “familiar”. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleça a necessidade de trabalhos educativos na recuperação da criança e do adolescente em situação de risco, é evidente a falta de apoio governamental no sentido de prover os abrigos de recursos adequados para atender aos internos.

Nesse sentido, a participação da sociedade em apoiar e incentivar a busca de alternativas para o atendimento a essas crianças e adolescentes é imprescindível. No entanto, o que percebemos é que na maioria das vezes pouco contribui e, quando apresenta alguma proposta, geralmente responde às suas próprias necessidades ficando muito aquém do que, em princípio, pode contribuir realmente. Atitudes preconceituosas e marginalizadoras de alguns segmentos da sociedade colocam empecilhos tais que acabam por incentivar ainda mais a violência e bloqueiam as ações das Instituições Públicas e das Organizações Não Governamentais - ONGs.

Visando aprofundar a compreensão do problema a que nos propusemos investigar, porém considerando a extensa diversidade nela

envolvida, destacaremos alguns referenciais teóricos relevantes relativos à temática. Apontamos no entanto, o caráter aproximativo desta discussão pois não é nossa intenção esgotar o assunto, mas trazer à discussão aspectos da literatura que têm relação direta com os objetivos e pressupostos deste estudo.